



ALFA SEGURADORA S.A.

C.N.P.J. 02.713.529/0001-88
ALAMEDA SANTOS, 466 - SÃO PAULO - SP
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas

Em cumprimento às disposições estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, acompanhadas do Relatório de comitê de auditoria, Relatório de auditores independentes e Parecer dos auditores.

Comentários sobre nossas operações

Os prêmios emitidos (desconsiderando os prêmios de riscos vigentes não emitidos) tiveram um aumento de 40% quando comparados com o mesmo período do ano anterior. Reflexo do aumento do prêmio médio na carteira do automóvel e de novas parcerias nos canais Digital e Imobiliários. O índice combinado operacional foi de 98,0% (sinistros, custos de aquisição, regulado com resseguro e outras receitas e despesas operacionais). As despesas administrativas representaram 9,7% do prêmio ganho e tiveram um redução de 2,9 pontos percentuais em relação ao mesmo período do ano anterior. As receitas das aplicações financeiras, basicamente em títulos públicos federais, representaram 5,2% do prêmio ganho e tiveram um aumento em relação ao mesmo período do ano anterior em função da taxa de juros. O resultado da Companhia foi afetado pelo aumento da tabela FIPE e a elevação dos custos com sinistros, totalizando o valor de prejuízo do ano de R\$ 16.438Mil.

A Companhia contratou uma operação de resseguro com vigência de agosto de 2022 à janeiro de 2023, no valor total de R\$ 121MM de prêmio com a resseguradora Austral RE. Durante o ano tivemos a paralisação da produção de veículos novos, fazendo com que os custos de peças e veículos semioveis tivessem uma alta expressiva, afetando diretamente os custos da Companhia. Conforme previsto em Estatuto da Companhia, sobre o lucro, é constituído a Reserva legal, à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social e demais reservas estatutárias conforme previstas na lei.

Aos Acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido de cada exercício que são propostos e que serão apreciados pelos acionistas em A.G.O..

Cenários e perspectivas

Os três principais temas que dominaram os noticiários internacionais nos primeiros seis meses de 2022 continuaram os mesmos na segunda metade do ano: a guerra russo-ucraniana, a política de tolerância zero com a Covid-19 na China e o processo de aperto monetário nos Estados Unidos e na Zona do Euro. Apesar da temática ser praticamente a mesma, pode-se dizer que ocorreram desdobramentos em todos os tópicos supracitados.

A invasão da Ucrânia por parte da Rússia no início de 2022 chocou o mundo e o velho continente - que se viu, novamente, asbrambrado pelo espectro da guerra. Como retaliação aos embargos impostos pelo Ocidente, o governo russo reduziu sua oferta de commodities energéticas no mercado internacional, o que acarretou uma escalada da inflação nas principais economias do mundo, por meio de um choque de oferta. A despeito de um cenário de ainda muita incerteza, parece que o conflito encontrou um certo "equilíbrio instável", por assim dizer, no segundo semestre de 2022. Essa ausência de novos desdobramentos na guerra, alinhada às medidas tomadas pelos países ocidentais para reduzir a dependência das exportações russas, contribuiu para uma queda nos preços do petróleo e do gás natural - que já se encontram, inclusive, em patamares similares aos observados no pré-guerra.

A política de tolerância zero com a Covid-19 na China também favoreceu uma escalada no nível de preços ao redor do mundo, na medida em que a imposição de lockdowns mandatórios afetou severamente o funcionamento de fábricas e de transportes chineses - com consequências diretas sobre o comportamento das cadeias de suprimento globais. No entanto, após muita pressão popular, ao final do segundo semestre de 2022, o governo chinês optou por arrefecer as restrições ligadas à Covid-19. Tal medida deve contribuir tanto para uma recuperação da atividade econômica na China

quanto para uma menor pressão inflacionária mundial; mas, ao mesmo tempo, levanta dúvidas sobre a sustentabilidade, do ponto de vista da saúde pública, de uma reabertura completa da economia chinesa. Ademais, é importante salientar que, no médio prazo, os problemas com o setor imobiliário chinês - vide o alto nível de alavancagem das empresas e a queda nos preços dos imóveis - devem continuar no radar. Para o longo prazo, certamente a disputa com os Estados Unidos pela hegemonia política e econômica global - uma questão que perpassa pelas recentes discussões acerca do território de Taiwan - é de suma importância.

O processo de ajuste monetário por parte dos bancos centrais norte-americano e europeu atingiu um estágio bem mais avançado no segundo semestre de 2022. A inflação parece ter alcançado seu pico nessas economias, porém ela ainda se encontra absolutamente descolada das respectivas metas. No caso dos Estados Unidos, continuaram as divergências entre os analistas do mercado: uma parcela vê espaço para cortes na taxa de juros básica norte-americana já na segunda metade de 2023, enquanto a outra desejaria observar uma convergência mais acentuada da inflação para a meta antes de iniciar o processo de afrouxamento monetário. Independentemente do que efetivamente venha a acontecer, é praticamente consenso que esse aperto monetário síncrono contribuirá para uma desaceleração econômica em 2023.

Em suma, o segundo semestre de 2022 foi marcado tanto por notícias positivas quanto negativas vindas do cenário externo. De um lado, a queda no preço das commodities energéticas e a decompressão das cadeias de suprimento globais contribuíram para uma melhora na dinâmica inflacionária mundial na reta final do ano passado. Do outro, os efeitos adversos da política monetária contracionista sincronizada são perceptíveis nos dados de atividade econômica europeus e norte-americanos. No geral, a perspectiva de desaceleração econômica e juros mais altos nas economias desenvolvidas tende a desencorajar o apetite por risco dos investidores, mas o Brasil ainda continua sendo uma boa opção nesse contexto internacional conturbado, a depender do cenário político local. No Brasil, a transição do primeiro para o segundo semestre foi marcada pela continuidade de medidas de transferência de renda e controle de preços administrados. Citamos a aprovação da Lei Complementar 194 - que limitou a cobrança do ICMS sobre combustíveis, energia elétrica e comunicações - e da PEC nº 15 ("PEC dos Auxílios") - que elevou o valor do Auxílio Brasil em 50% e criou benefícios para caminhoneiros e taxistas. Nesse contexto, as expectativas para inflação e crescimento em 2022 foram sendo sistematicamente revistas para baixo e para cima, respectivamente, ao longo do segundo semestre. De fato, o Brasil fechou o ano passado com uma inflação de 5,79% a.a. (acima do teto da meta de inflação) e o PIB deve apresentar crescimento próximo de 3,0%. Apesar da melhora da perspectiva econômica, os ativos brasileiros não performaram tão bem quanto poderiam no segundo do semestre, principalmente devido às discussões de caráter político. A grande polarização das eleições presidenciais de 2022 e as promessas de campanha de ambos os concorrentes contribuíram para a materialização de um ambiente econômico e político com muitas incertezas. Ademais, as sinalizações - no mínimo, questionáveis - dadas pelo novo presidente eleito sobre o futuro dos gastos públicos e da nova âncora fiscal foram muito mal-recebidas pelo mercado. Formou-se, portanto, um ambiente de muita volatilidade na segunda metade do ano, que prejudicou a performance dos ativos brasileiros. Não obstante, em 2022, o Ibovespa subiu 4,7% e o real valorizou aproximadamente 5% frente ao dólar - um desempenho razoável, considerando a queda de 19,5% do S&P 500 e a alta de 8% do DXY.

Apesar das incertezas de caráter político e a continuidade do ambiente polarizado - vide a invasão da Praça dos Três Poderes em 08/01/2023 -, o Brasil permaneceu bem-posicionado no cenário internacional em 2023. A taxa de juros real em território altamente contracionista contribuiu para uma inflação em tendência de queda e para a entrada de investimentos estrangeiros. Ademais, as contas públicas estão

relativamente em ordem e não se discute recessão no Brasil, como ocorre em outros países. No entanto, existem ainda muitas incertezas: os gastos públicos mais altos, o futuro do arcabouço fiscal, a possível alteração de reformas estruturais e a polarização observada na sociedade brasileira até então. É esperado que a volatilidade observada no final do segundo semestre de 2022 continue ao longo da primeira metade de 2023 - pelo menos nos primeiros meses, até ocorrer uma definição mais clara dos temas de caráter sensível supracitados. O cenário externo deve permanecer desafiador, com a continuidade da luta contra a inflação das economias desenvolvidas e a desaceleração econômica global iminente. Isso pode ser bom ou ruim para o Brasil, a depender das políticas econômicas, sociais e ambientais que forem sinalizadas e implementadas.

O ano de 2022 foi marcado pela maior procura por produtos oferecidos pelas seguradoras, o que refletiu no aumento da arrecadação e no pagamento das indenizações, resgates, benefícios e sorteios pelo setor. Dados da Confederação Nacional das Seguradoras (CNSeg) mostram um aumento no pagamento de indenizações, benefícios, resgates e sorteios (sem Saúde e sem DPVAT), que somaram mais de R\$ 219,4 bilhões em 2022, volume 15,5% superior a 2021. O montante representa mais do que 75% de todo o orçamento do estado de São Paulo para 2023. Ao comparar apenas dezembro, o total pago no último ano foi 5,2% maior, totalizando a quantia de R\$ 18,9 bilhões, cifra histórica para o mês. (Fonte CNSeg)

O levantamento da CNSeg também destaca que, em 2022, o setor viu a demanda avançar em 16,2% em relação ao ano de 2021, com mais de R\$ 355,9 bilhões em arrecadação (sem Saúde e sem DPVAT). Somente em dezembro, esse montante foi de R\$ 33,7 bilhões, outro resultado histórico para o mês, sendo 8,5% maior do que no mesmo período de 2021. (Fonte CNSeg)

Para o presidente da CNSeg, Dyogo Oliveira, os dados mostram uma tendência de crescimento mais equilibrado. "O ano foi muito positivo. As indenizações cresceram em linha com a arrecadação, mantendo assim um mercado saudável", enfatiza. (Fonte CNSeg)

Através da análise em 12 meses móveis, as tendências dos segmentos e do setor de seguros podem ser observadas. O segmento Danos e Responsabilidades, até novembro, manteve a tendência de alta (+26,5%) que vinha sendo observada durante todo o ano de 2022. (Fonte CNSeg)

O crescimento de 10% estimado pela CNSeg para 2023, porém, ficará bem abaixo de 2022 e mais em linha com a expansão de receitas vista em 2021, de 11,8%. A entidade projeta que o setor tenha fechado o ano com um avanço consolidado de 17,1%. (Fonte SINDSEGSP)

Conforme a confederação, há ainda tendência de retomada da lucratividade das empresas, após períodos difíceis vividos pelas seguradoras nos últimos anos, com o desdobro de indenizações relacionadas à covid-19 e aos eventos climáticos extremos ocorridos entre 2021 e 2022. (Fonte SINDSEGSP)

A Companhia busca manter uma produção eficaz adequando os nossos produtos para a demanda do mercado atual. Na carteira de automóvel permaneceremos com nossa política austera de precificação e aceitação de risco e em ramos elementares continuaremos com foco de atuação nos segmentos de pequeno e médio mercado. A companhia deverá continuar privilegiando a eficiência operacional, redução das despesas administrativas aliado a um processo de inovação e eficiência tecnológica com objetivo de melhorar a rentabilidade.

Agradecimentos

Agradecemos aos Senhores Acionistas a confiança em nós depositada; aos Órgãos Reguladores e Fiscalizadores do mercado pela orientação; aos nossos Funcionários, pelo trabalho e a competência no desempenho de suas funções e aos nossos Corretores e Segurados, o prestígio concedido.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO O PREJUÍZO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES DO CAPITAL SOCIAL)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Prêmios emitidos	15b	673.905	481.039
Variáveis das provisões técnicas de prêmios		(54.436)	(59.362)
Prêmios ganhos	15a	619.469	421.677
Sinistros ocorridos	15c	(471.804)	(310.309)
Custos de aquisição	15d	(118.880)	(94.370)
Outras receitas e despesas operacionais	15e	(15.091)	(15.272)
Resultado com resseguro	5f	(1.163)	(1.194)
(+) Receita com resseguro		155.750	20.420
(-) Despesa com resseguro		(156.913)	(21.614)
Despesas administrativas	15f	(59.918)	(53.073)
Despesas com tributos	15g	(11.854)	(8.250)
Resultado financeiro	15h	32.010	9.649
Resultado operacional		(27.231)	(51.442)
Ganho e perdas com ativos não correntes		178	(21)
Resultado antes dos impostos e participações		(27.053)	(51.163)
Imposto de renda	16	6.791	12.884
Contribuição social	16	4.074	7.996
Participação sobre o lucro		(250)	(250)
Prejuízo líquido do exercício		(16.438)	(30.833)
Quantidade de ações	14a	66.819.615	66.819.615
Prejuízo por lote de mil ações		(246,00)	(461,44)

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (EM MILHARES DE REAIS)

	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo líquido do exercício	(16.438)	(30.833)
Componentes do resultado abrangente		
Ajustes de avaliação patrimonial de ativos disponíveis para venda	-	(2.643)
Efeitos tributários sobre o resultado abrangente	-	1.057
Resultado abrangente do exercício	(16.438)	(32.419)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (EM MILHARES DE REAIS)

	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo líquido do exercício	(16.438)	(30.833)
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	11.805	738
Reversão de perda por redução do valor recuperável dos ativos	(237)	(376)
Perda na alienação de imobilizado e intangível	1	21
Varição do custo de aquisição diferido	(4.878)	(5.468)
Varição das provisões técnicas - seguros e resseguros	59.117	61.231
Outros ajustes	(179)	-
Varição nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(50.031)	32.472
Créditos das operações de seguros e resseguros	(102.269)	(50.670)
Ativos de resseguro - provisões técnicas	(36.961)	(8.774)
Créditos fiscais e previdenciários	(11.179)	(21.161)
Depósitos judiciais e fiscais	(486)	18
Despesas antecipadas	(640)	210
Outros valores e bens	(4.736)	(6.400)
Outros ativos	(4.946)	(2.534)
Impostos e contribuições	681	(1.004)
Outras contas a pagar	817	(9.637)
Débitos de operações com seguros e resseguros	145.118	14.033
Depósitos de terceiros	(495)	624
Provisões técnicas - seguros e resseguros	30.641	28.341
Provisões judiciais	376	2.800
Caixa gerado pelas operações	15.081	3.631
Impostos e contribuições pagos	-	(639)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	15.081	2.992
Atividades de investimento		
Alienação de imobilizado	10	62
Aquisição de imobilizado	(366)	(772)
Aquisição de intangível	(14.919)	(3.631)
Atividades de investimento	(15.244)	(4.341)
Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	(19)	(1.248)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	1.069	2.319
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	876	1.069

J. Intangível

Compreende os gastos com projetos relacionados ao desenvolvimento de sistemas, amortizado a taxa de 20% ao ano e canais de distribuição. As despesas relacionadas à manutenção de "softwares" são reconhecidas no resultado no período quando incorridas. A amortização do ativo intangível é calculada segundo o método linear e o contrato de exploração de canal de distribuição com amortização proporcional ao volume de certificados emitidos.

K. Outros valores e bens

Substancialmente oriundo de indenizações integrais, os salvados disponíveis a venda são estimados independentemente, pelo resultado na combinação do histórico de venda da Companhia e da tabela FIPE.

L. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 mil e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% de janeiro a julho de 2022 e de agosto a dezembro de 2022 a alíquota é 16% sobre o lucro tributável, instituída pela Lei nº 14.446/2022.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente é o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de imposto decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se tornarem tributáveis ou dedutíveis, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Com a majoração da alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido de 15% para 16% no período de agosto a dezembro de 2022, o efeito sobre os créditos tributários diferidos em dezembro de 2022 foi imaterial, de acordo com estudo de expectativa de realização dos créditos tributários.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando for provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

M. Provisões técnicas

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com os critérios estabelecidos pela legislação vigente.

A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PNNG) representa as parcelas dos prêmios que serão apropriadas ao resultado no decorrer dos prazos de vigência dos seguros, cujo valor corresponde ao valor esperado dos sinistros e despesas a ocorrer. O cálculo é individual por apólice ou endosso dos contratos vigentes na data base de constituição, pelo método "pro rata die" tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. O fato gerador da constituição dessa provisão é a emissão da apólice ou endosso.

A Provisão de Prêmios Não Ganhos dos Riscos Vigentes Mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) representa o ajuste da PPNG dada à existência de riscos assumidos pela Companhia, cuja apólice ainda não foi operacionalmente emitida. É calculada utilizando metodologia prevista em Nota Técnica Atuarial (NTA) que apura a melhor estimativa com base no histórico de 24 meses de cada segmento de negócio em relação aos riscos emitidos em atraso.

A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída por estimativa de pagamentos prováveis, brutos de resseguros e líquidos dos ajustes de cosseguro, com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço. Inclui, também, estimativa para cobrir o pagamento de indenizações, custos associados, atualização monetária e juros oriundos de sinistros em discussão judicial e ajustes pela estimativa da provisão de Sinistros Ocorridos, Mas Não Suficientemente Avisados (IBNER - Incurred But Not Enough Reported). A IBNER é apurada através da metodologia BORNHUTTER-FERGUSON (BF), onde, sobre sinistros ajustados, separa os sinistros esperados em duas partes - sinistros esperados ajustados e sinistros esperados não ajustados. O padrão esperado desses ajustes será selecionado do Triângulo do Método de Desenvolvimento dos Sinistros Avisados (triângulos de run-off) de até 5(cinco) anos. Este método parte do pressuposto de que os ajustes referentes aos sinistros avisados em um dado período futuro se desenvolverão de forma similar àquela observada em períodos de avisos anteriores. Ao utilizar este método, é possível apurar estatisticamente a estimativa de ajuste da provisão de Sinistros Ocorridos, Mas Não Suficientemente Avisados (IBNER), conforme nota técnica atuarial.

Salvo os sinistros e líquidos dos ajustes de cosseguro, com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço. Inclui, também, estimativa para cobrir o pagamento de indenizações, custos associados, atualização monetária e juros oriundos de sinistros em discussão judicial e ajustes pela estimativa da provisão de Sinistros Ocorridos, Mas Não Suficientemente Avisados (IBNER - Incurred But Not Enough Reported). A IBNER é apurada através da metodologia BORNHUTTER-FERGUSON (BF), onde, sobre sinistros ajustados, separa os sinistros esperados em duas partes - sinistros esperados ajustados e sinistros esperados não ajustados. O padrão esperado desses ajustes será selecionado do Triângulo do Método de Desenvolvimento dos Sinistros Avisados (triângulos de run-off) de até 5(cinco) anos. Este método parte do pressuposto de que os ajustes referentes aos sinistros avisados em um dado período futuro se desenvolverão de forma similar àquela observada em períodos de avisos anteriores. Ao utilizar este método, é possível apurar estatisticamente a estimativa de ajuste da provisão de Sinistros Ocorridos, Mas Não Suficientemente Avisados (IBNER), conforme nota técnica atuarial.

Salvo os sinistros e líquidos dos ajustes de cosseguro, com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço. Inclui, também, estimativa para cobrir o pagamento de indenizações, custos associados, atualização monetária e juros oriundos de sinistros em discussão judicial e ajustes pela estimativa da provisão de Sinistros Ocorridos, Mas Não Suficientemente Avisados (IBNER - Incurred But Not Enough Reported). A IBNER é apurada através da metodologia BORNHUTTER-FERGUSON (BF), onde, sobre sinistros ajustados, separa os sinistros esperados em duas partes - sinistros esperados ajustados e sinistros esperados não ajustados. O padrão esperado desses ajustes será selecionado do Triângulo do Método de Desenvolvimento dos Sinistros Avisados (triângulos de run-off) de até 5(cinco) anos. Este método parte do pressuposto de que os ajustes referentes aos sinistros avisados em um dado período futuro se desenvolverão de forma similar àquela observada em períodos de avisos anteriores. Ao utilizar este método, é possível apurar estatisticamente a estimativa de ajuste da provisão de Sinistros Ocorridos, Mas Não Suficientemente Avisados (IBNER), conforme nota técnica atuarial.

Salvo os sinistros e líquidos dos ajustes de cosseguro, com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço. Inclui, também, estimativa para cobrir o pagamento de indenizações, custos associados, atualização monetária e juros oriundos de sinistros em discussão judicial e ajustes pela estimativa da provisão de Sinistros Ocorridos, Mas Não Suficientemente Avisados (IBNER - Incurred But Not Enough Reported). A IBNER é apurada através da metodologia BORNHUTTER-FERGUSON (BF), onde, sobre sinistros ajustados, separa os sinistros esperados em duas partes - sinistros esperados ajustados e sinistros esperados não ajustados. O padrão esperado desses ajustes será selecionado do Triângulo do Método de Desenvolvimento dos Sinistros Avisados (triângulos de run-off) de até 5(cinco) anos. Este método parte do pressuposto de que os ajustes referentes aos sinistros avisados em um dado período futuro se desenvolverão de forma similar àquela observada em períodos de avisos anteriores. Ao utilizar este método, é possível apurar estatisticamente a estimativa de ajuste da provisão de Sinistros Ocorridos, Mas Não Suficientemente Avisados (IBNER), conforme nota técnica atuarial.

Salvo os sinistros e líquidos dos ajustes de cosseguro, com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço. Inclui, também, estimativa para cobrir o pagamento de indenizações, custos associados, atualização monetária e juros oriundos de sinistros em discussão judicial e ajustes pela estimativa da provisão de Sinistros Ocorridos, Mas Não Suficientemente Avisados (IBNER - Incurred But Not Enough Reported). A IBNER é apurada através da metodologia BORNHUTTER-FERGUSON (BF), onde, sobre sinistros ajustados, separa os sinistros esperados em duas partes - sinistros esperados ajustados e sinistros esperados não ajustados. O padrão esperado desses ajustes será selecionado do Triângulo do Método de Desenvolvimento dos Sinistros Avisados (triângulos de run-off) de até 5(cinco) anos. Este método parte do pressuposto de que os ajustes referentes aos sinistros avisados em um dado período futuro se desenvolverão de forma similar àquela observada em períodos de avisos anteriores. Ao utilizar este método, é possível apurar estatisticamente a estimativa de ajuste da provisão de Sinistros Ocorridos, Mas Não Suficientemente Avisados (IBNER), conforme nota técnica atuarial.

Salvo os sinistros e líquidos dos ajustes de cosseguro, com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço. Inclui, também, estimativa para cobrir o pagamento de indenizações, custos associados, atualização monetária e juros oriundos de sinistros em discussão judicial e ajustes pela estimativa da provisão de Sinistros Ocorridos, Mas Não Suficientemente Avisados (IBNER - Incurred But Not Enough Reported). A IBNER é apurada através da metodologia BORNHUTTER-FERGUSON (BF), onde, sobre sinistros ajustados, separa os sinistros esperados em duas partes - sinistros esperados ajustados e sinistros esperados não ajustados. O padrão esperado desses ajustes será selecionado do Triângulo do Método de Desenvolvimento dos Sinistros Avisados (triângulos de run-off) de até 5(cinco) anos. Este método parte do pressuposto de que os ajustes referentes aos sinistros avisados em um dado período futuro se desenvolverão de forma similar àquela observada em períodos de avisos anteriores. Ao utilizar este método, é possível apurar estatisticamente a estimativa de ajuste da provisão de Sinistros Ocorridos, Mas Não Suficientemente Avisados (IBNER), conforme nota técnica atuarial.

Salvo os sinistros e líquidos dos ajustes de cosseguro, com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço. Inclui, também, estimativa para cobrir o pagamento de indenizações, custos associados, atualização monetária e juros oriundos de sinistros em discussão judicial e ajustes pela estimativa da provisão de Sinistros Ocorridos, Mas Não Suficientemente Avisados (IBNER - Incurred But Not Enough Reported). A IBNER é apurada através da metodologia BORNHUTTER-FERGUSON (BF), onde, sobre sinistros ajustados, separa os sinistros esperados em duas partes - sinistros esperados ajustados e sinistros esperados não ajustados. O padrão esperado desses ajustes será selecionado do Triângulo do Método de Desenvolvimento dos Sinistros Avisados (triângulos de run-off) de até 5(cinco) anos. Este método parte do pressuposto de que os ajustes referentes aos sinistros avisados em um dado período futuro se desenvolverão de forma similar àquela observada em períodos de avisos anteriores. Ao utilizar este método, é possível apurar estatisticamente a estimativa de ajuste da provisão de Sinistros Ocorridos, Mas Não Suficientemente Avisados (IBNER), conforme nota técnica atuarial.

Salvo os sinistros e líquidos dos ajustes de cosseguro, com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço. Inclui, também, estimativa para cobrir o pagamento de indenizações, custos associados, atualização monetária e juros oriundos de sinistros em discussão judicial e ajustes pela estimativa da provisão de Sinistros Ocorridos, Mas Não Suficientemente Avisados (IBNER - Incurred But Not Enough Reported). A IBNER é apurada através da metodologia BORNHUTTER-FERGUSON (BF), onde, sobre sinistros ajustados, separa os sinistros esperados em duas partes - sinistros esperados ajustados e sinistros esperados não ajustados. O padrão esperado desses ajustes será selecionado do Triângulo do Método de Desenvolvimento dos Sinistros Avisados (triângulos de run-off) de até 5(cinco) anos. Este método parte do pressuposto de que os ajustes referentes aos sinistros avisados em um dado período futuro se desenvolverão de forma similar àquela observada em períodos de avisos anteriores. Ao utilizar este método, é possível apurar estatisticamente a estimativa de ajuste da provisão de Sinistros Ocorridos, Mas Não Suficientemente Avisados (IBNER), conforme nota técnica atuarial.

Salvo os sinistros e líquidos dos ajustes de cosseguro, com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço. Inclui, também, estimativa para cobrir o pagamento de indenizações, custos associados, atualização monetária e juros oriundos de sinistros em discussão judicial e ajustes pela estimativa da provisão de Sinistros Ocorridos, Mas Não Suficientemente Avisados (IBNER - Incurred But Not Enough Reported). A IBNER é apurada através da metodologia BORNHUTTER-FERGUSON (BF), onde, sobre sinistros ajustados, separa os sinistros esperados em duas partes - sinistros esperados ajustados e sinistros esperados não ajustados. O padrão esperado desses ajustes será selecionado do Triângulo do Método de Desenvolvimento dos Sinistros Avisados (triângulos de run-off) de até 5(cinco) anos. Este método parte do pressuposto de que os ajustes referentes aos sinistros avisados em um dado período futuro se desenvolverão de forma similar àquela observada em períodos de avisos anteriores. Ao utilizar este método, é possível apurar estatisticamente a estimativa de ajuste da provisão de Sinistros Ocorridos, Mas Não Suficientemente Avisados (IBNER), conforme nota técnica atuarial.

Salvo os sinistros e líquidos dos ajustes de cosseguro, com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço. Inclui, também, estimativa para cobrir o pagamento de indenizações, custos associados, atualização monetária e juros oriundos de sinistros em discussão judicial e ajustes pela estimativa da provisão de Sinistros Ocorridos, Mas Não Suficientemente Avisados (IBNER - Incurred But Not Enough Reported). A IBNER é apurada através da metodologia BORNHUTTER-FERGUSON (BF), onde, sobre sinistros ajustados, separa os sinistros esperados em duas partes - sinistros esperados ajustados e sinistros esperados não ajustados. O padrão esperado desses ajustes será selecionado do Triângulo do Método de Desenvolvimento dos Sinistros Avisados (triângulos de run-off) de até 5(cinco) anos. Este método parte do pressuposto de que os ajustes referentes aos sinistros avisados em um dado período futuro se desenvolverão de forma similar àquela observada em períodos de avisos anteriores. Ao utilizar este método, é possível apurar estatisticamente a estimativa de ajuste da provisão de Sinistros Ocorridos, Mas Não Suficientemente Avisados (IBNER), conforme nota técnica atuarial.

Salvo os sinistros e líquidos dos ajustes de cosseguro, com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço. Inclui, também, estimativa para cobrir o pagamento de indenizações, custos associados, atualização monetária e juros oriundos de sinistros em discussão judicial e ajustes pela estimativa da provisão de Sinistros Ocorridos, Mas Não Suficientemente Avisados (IBNER - Incurred But Not Enough Reported). A IBNER é apurada através da metodologia BORNHUTTER-FERGUSON (BF), onde, sobre sinistros ajustados, separa os sinistros esperados em duas partes - sinistros esperados ajustados e sinistros esperados não ajustados. O padrão esperado desses ajustes será selecionado do Triângulo do Método de Desenvolvimento dos Sinistros Avisados (triângulos de run-off) de até 5(cinco) anos. Este método parte do pressuposto de que os ajustes referentes aos sinistros avisados em um dado período futuro se desenvolverão de forma similar àquela observada em períodos de avisos anteriores. Ao utilizar este método, é possível apurar estatisticamente a estimativa de ajuste da provisão de Sinistros Ocorridos, Mas Não Suficientemente Avisados (IBNER), conforme nota técnica atuarial.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (EM MILHARES DE REAIS)

ATIVO	Nota	31/12/2022	31/12/2021	PASSIVO	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		761.480	561.625	Circulante		666.030	447.353
Disponível		876	1.069	Contas a pagar		27.620	26.121
Caixa e bancos		876	1.069	Obrigações a pagar	9a	2.301	2.938
Aplicações	3	305.579	255.589	Impostos e encargos sociais a recolher		12.569	13.957
Créditos das operações com seguros e resseguros		295.113	192.642	Encargos trabalhistas		2.229	2.036
Prêmios a receber	4	167.520	183.575	Impostos e contribuições	9b	1.107	428
Operações com seguradoras		103					

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (EM MILHARES DE REAIS)

contrato de seguro, segundo o Pronunciamento Técnico CPC nº 11 e que estão vigentes na data de execução do teste.
A execução do TAP tem dois componentes importantes nas suas estimativas: (i) o quanto o valor de melhor estimativa dos compromissos assumidos até a data-base; e (ii) quando ocorrerá a distribuição da liquidação destes compromissos por período futuro. Com estes dois componentes, podemos calcular o valor presente dos passivos atuariais da Companhia e compará-lo com o total de Provisões Técnicas, líquidas das despesas de comercialização deflacionada (DCD) e dos Ativos Intangíveis, correspondentes a estes passivos.
Para esse teste, a Companhia utilizou metodologia atuarial que considera a estimativa a valor presente de todos os fluxos de caixa futuros e que também inclui as despesas de liquidação de sinistros a partir de premissas atuariais na data de execução do teste. Neste teste, os contratos são agrupados com base nos riscos similares ou quando o risco de seguro é gerenciado em conjunto pela Administração.
As principais premissas utilizadas foram as seguintes:

Sinistralidade - Foi utilizada a experiência da Companhia dos últimos 12 meses para projetar a evolução dos sinistros futuros, brutos de resseguro, líquidos da receita de salvados e ressarcimento, e incluindo as despesas relacionadas. A taxa de sinistralidade projetada foi de 69,70%.
Prêmios futuros que não estejam contidos na data base do teste - Para as apólices com faturas mensais, a data de início da vigência da apólice considerada é a data de aniversário da renovação. Assim, os sinistros futuros devidos a esta exposição estão contemplados nas projeções supergracadas.
Despesas administrativas e outras receitas e despesas operacionais futuras - Despesas Administrativas, que inclui as despesas não alcovoadas aos sinistros, Outras Receitas e Despesas Operacionais.

Premias econômicas - Conforme disposto no Art. 42, da Circular SUSEP nº 649/2021, a alteração posterior, foi utilizada estrutura a termo de taxa de juros livre de risco (ETTJ) pré-fixada, de dezembro de 2022, divulgada pela SUSEP, para descontar o fluxo de caixa futuro ao valor presente. Caso sejam identificadas quaisquer deficiências nas linhas de negócios analisadas, a perda é registrada imediatamente como uma despesa no resultado do período, primeiramente reduzindo o Custo de Aquisição Diferido, ou outros ativos intangíveis, e posteriormente constituindo provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data do teste.
A Companhia realiza o Teste de Adequação de Passivos a cada data-base de demonstração financeira. O teste realizado para 31 de dezembro de 2022 demonstrou que as provisões atualmente registradas são suficientes para fazer face às obrigações da Companhia para com os segurados.

o. Provisões, ativos e passivos contingentes
A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente, que possa ser estimada de maneira confiável, como resultado de um evento passado, e é provável que o pagamento de recursos seja requerido para liquidação dessa obrigação.
Os valores provisionados são apurados por estimativa dos pagamentos que a Companhia possa ser obrigada a realizar em função do desfecho desfavorável de ações judiciais em curso de natureza cível, fiscal e trabalhista e cuja probabilidade de perda seja considerada provável.
As obrigações legais objeto de ações judiciais são provisionadas independentemente da perspectiva de êxito em relação ao desfecho final dos processos. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, mas seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável.
Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

O critério de provisionamento para as provisões civis é de 75%, de acordo com estudo estatístico atuarial realizado e as provisões trabalhistas é de 100% do valor pedido para ações com risco de perda provável, que representa a expectativa de desembolso para esses tipos de ações, 0% para ações com risco de perda possível e 0% para ações com risco de perda remota.
p. Benefícios aos empregados
A Companhia possui obrigações de benefícios de curto prazo para Empregados e Administradores, tais como seguro saúde, vale transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional, que são reconhecidas no resultado do período à medida que são incorridos.

Q. Resultado
O resultado do período é apurado pelo regime de competência.
Os prêmios de seguros são registrados no momento em que ocorrer primeiro, emissão ou o início de vigência, reconhecidos no resultado segundo o transcorrer da vigência do período de cobertura do risco, através da constituição das provisões de prêmios não ganhos e do diferimento das despesas de comercialização. Os sinistros são registrados no momento do aviso e seus ajustes de acordo com o andamento da regulação dos mesmos.
Os contratos de resseguros proporcionais são classificados como "Contrato de Seguros", sendo reconhecidos nos mesmos critérios das operações de seguros. Já os contratos de resseguros não proporcionais, são reconhecidos de acordo com as normas vigentes e metodologias definidas pela própria SUSEP. Receitas e despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária e oscilação cambial das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável, reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado.

3. Aplicações financeiras

a. Resumo da classificação das aplicações financeiras: por prazo, por título e hierarquia do valor justo

	Nível	Taxa de vencimento	Até 3 meses e sem 3 a 12 meses			1 a 3 anos			Acima de 3 anos			Valor do custo atualizado	Ajuste ao valor justo contábil	Valor justo contábil	%
			Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos						
Fundos de investimentos															
Letras financeiras do tesouro	Nível 1	SELIC	-	50.058	144.068	99.583	268.863	24.845	293.708	96,09%					
Letras do tesouro nacional - compromissadas	Nível 2	13,64% PRE	11.325	-	-	-	11.369	(44)	11.325	3,71%					
Outras aplicações			66	-	-	-	66	-	66	0,02%					
Títulos de renda variável															
Ações	Nível 1		546	-	-	-	2.488	(1.942)	546	0,18%					
Total			11.937	50.058	144.068	99.583	282.786	22.860	305.645	100%					

	Nível	Taxa de vencimento	Até 3 meses e sem 3 a 12 meses			1 a 3 anos			Acima de 3 anos			Valor do custo atualizado	Ajuste ao valor justo contábil	Valor justo contábil	%
			Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos						
Fundos de investimentos															
Letras financeiras do tesouro	Nível 1	SELIC	-	2.167	207.270	20.356	229.528	265	229.793	89,88%					
Letras do tesouro nacional - compromissadas	Nível 2	9,14% PRE	21.722	-	-	-	21.722	-	21.722	8,50%					
Debêntures	Nível 2	100,00% CDI	-	-	-	-	1.520	1.523	(3)	0,59%					
Outras aplicações			66	-	-	-	66	-	66	0,03%					
Títulos de renda variável															
Ações	Nível 1		2.554	-	-	-	2.488	66	2.554	1,00%					
Total			24.342	2.167	207.270	21.876	255.327	328	255.655	100%					

A tabela acima apresenta a análise do método de valorização de ativos financeiros trazidos ao valor justo. Os valores de referência foram identificados como se segue:
• Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
• Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
• Nível 3 - Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

b. Movimentação das aplicações financeiras por categoria

Categoria	Saldo em 31/12/2021	Aplicações	(+/-) Resgates/ vendas	(+/-) Resgates/ vendas	(+/-) Ajuste TVM	Rentabilidade	Saldo em 31/12/2022
Títulos privados	1.738	-	(1.692)	-	20	66	
Renda variável	2.554	-	-	-	(2.008)	546	
Total	255.655	275.251	(256.180)	-	30.919	305.645	

Categoria	Saldo em 31/12/2020	Aplicações	(+/-) Resgates/ vendas	(+/-) Resgates/ vendas	(+/-) Ajuste TVM	Rentabilidade	Saldo em 31/12/2021
Títulos privados	50.312	-	(50.400)	-	1.826	1.738	
Renda variável	5.197	-	-	-	(2.643)	2.554	
Total	290.594	227.236	(271.266)	-	11.734	255.655	

4. Prêmios a receber

a. Ramos de seguros e faixas de vencimentos

A vencer	Automóvel/ Compreensivo		Compreensivo		Responsabilidade		Demais	31/12/2022	31/12/2021
	RFC	empresarial	Assistência e outras	residencial	civil geral				
Até 60 dias	5.980	14.017	2.700	744	4.474	94.862	80.748		
De 61 a 120 dias	33.308	1.483	7.224	593	385	1.950	44.943	55.379	
De 121 a 180 dias	14.559	632	3.073	204	180	881	19.529	32.039	
De 181 a 365 dias	5.607	277	1.183	59	117	474	7.717	18.377	
Acima de 365 dias	-	-	-	-	-	-	-	1	
Total a vencer	120.521	8.372	25.497	3.556	1.426	7.779	167.151	186.536	

Vencidos	Automóvel/ Compreensivo		Compreensivo		Responsabilidade		Demais	31/12/2022	31/12/2021
	RFC	empresarial	Assistência e outras	residencial	civil geral				
Até 60 dias	2.915	143	420	216	8	157	3.859	2.869	
De 61 a 120 dias	128	1.268	20	24	1	293	1.734	141	
De 121 a 180 dias	67	30	9	24	-	10	140	38	
De 181 a 365 dias	143	68	22	29	1	21	284	95	
Acima de 365 dias	300	43	6	106	2	58	515	261	
Total vencidos	3.553	1.552	477	399	12	539	6.532	3.404	
Total	124.074	9.924	25.974	3.955	1.438	8.318	173.683	189.940	

Os valores do quadro acima estão brutos da redução ao valor recuperável. O montante correspondente a Redução ao Valor Recuperável de R\$ 6.163 (R\$ 6.364 em dezembro de 2021). Cálculo elaborado conforme estudo descrito na nota 26.
Os produtos da Alfa Seguradora são parcelados em média em 7 prestações.

b. Movimentação de prêmios a receber

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do período	183.576	136.965
(+) Prêmios emitidos, líquidos de cancelamentos (*)	680.928	485.597
(+) Prêmios de coseguro aceito	-	(77)
(+) IOF	50.263	35.729
(+) Adicional de fracionamento	3.928	189
(-) Recebimentos	(751.376)	(475.316)
Redução ao valor recuperável	201	489
Saldo no final do período	167.520	183.576

(*) O valor de R\$ 7.023 (R\$ 4.584 em dezembro de 2021) referente a prêmio restituído não está contido neste total. O valor de R\$ 4.627 (R\$ 1.930 em dezembro de 2021), referente a riscos vigentes não emitidos - RVNE, está contido neste total.

5. Operações de resseguro

a. Operações com resseguradoras

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Pendentes até 30 dias	67.047	2.609
Pendentes até 60 dias	25.561	2.053
Pendentes até 90 dias	24.869	1.450
Pendentes até 120 dias	49.689	1.181
Pendentes até 180 dias	537	1.195
Pendentes mais de 180 dias	260	475
Total	127.490	8.963

b. Ativos de resseguro - provisões técnicas

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Provisão de despesas relacionadas - PDR	657	433
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	1.867	575
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG	44.490	14.582
Provisão de prêmios não ganhos de riscos vigentes mas não emitidos - PPNG-RVNE	1.022	440
Total	66.728	29.767
Circulante	60.332	28.455
Não circulante	6.396	1.312

c. Débitos de Operações com resseguradoras

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Comissão a recuperar	(3.671)	(271)
Sinistros	61	61
Ajuste ao valor de realização	(490)	(335)
Total	160.293	12.257

d. Composição por categoria de ressegurador

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Prêmio de resseguro cedido a liquidar	Provisão de sinistros a liquidar e despesas relacionadas	Prêmio de resseguro cedido a liquidar	Provisão de sinistros a liquidar e despesas relacionadas
Ativos e passivos				
Ressegurador local	159.508	18.931	12.201	14.069
Ressegurador admido	56	198	56	101
Ressegurador eventual	729	220	-	-
Total	160.293	19.349	12.257	14.170

Ramo	31/12/2022		31/12/2021	
	Prêmio emitido	Prêmio de resseguro	% Sinistros Ressegurados	% Sinistros recuperados
Automóvel	374.900	137.030	36,55%	33,41%
Responsabilidade civil facultativo	96.513	7.825	8,11%	9,27%
Compreensivo empresarial	47.457	6.973	14,69%	23,86%
Compreensivo residencial	26.241	707	2,69%	3,96%
Assistência e outras	93.894	27.560	29,35%	61,45%
Outros	34.900	7.307	20,94%	4,29%
Total	673.905	187.402	27,81%	543.174

Ramo	31/12/2022		31/12/2021	
	Prêmio emitido	Prêmio de resseguro	% Sinistros Ressegurados	% Sinistros recuperados
Automóvel	273.786	13.620	4,97%	250,604
Responsabilidade civil facultativo	70.602	5.778	8,18%	76,737
Compreensivo empresarial	21.639	4.904	22,66%	6,408
Compreensivo residencial	19.488	536	2,75%	8,300
Assistência e outras	74.949	-	0,00%	25,006
Outros	20.575	3.161	15,36%	5,408
Total	481.039	27.999	5,82%	372.463

f. Resultado com operações de resseguro

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Variação das provisões técnicas	30.490	6.383
Recuperação de indenização	154.547	20.266
Variação da provisão IBNR	1.292	154
Total	(1.163)	(1.194)

6. Outros valores e bens

i. Aging de salvados

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Salvados	Ajuste a valor recuperável	Salvados	Ajuste a valor recuperável
Pendentes até 30 dias	446	(4)	442	436
Pendentes até 60 dias	2.704	(39)	2.664	2.804
Pendentes até 90 dias	4.202	(49)	4.153	3.170
Pendentes até 120				



ALFA SEGURADORA S.A.

C.N.P.J. 02.713.529/0001-88
ALAMEDA SANTOS, 466 - SÃO PAULO - SP

→ **continuação**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (EM MILHARES DE REAIS)

atribuições valor de expectativa de desembolso de caixa, mensalmente atualizadas pelo INPC. Posteriormente, de acordo com o trâmite processual e as decisões proferidas no bojo do processo, essa classificação pode ser reavaliada.

Probabilidade de perda	31/12/2022				31/12/2021			
	Quantidade reclamada	Valor provisionado/valor reclamado (%)	Quantidade reclamada	Valor provisionado/valor reclamado (%)	Quantidade reclamada	Valor provisionado/valor reclamado (%)	Quantidade reclamada	Valor provisionado/valor reclamado (%)
Provável	214	21.242	18.028	84,87%	194	16.006	15.249	95,27%
Possível	435	22.989	17.298	75,24%	388	22.515	19.675	87,39%
Remota	183	11.619	2.827	24,33%	195	10.540	1.748	16,58%
Total	832	55.850	38.153	68,31%	777	49.061	36.672	74,75%

Movimentação

	31/12/2022	31/12/2021
Montante de ações judiciais pagas no exercício corrente e que se encontravam provisionadas	7.807	8.125
Montante provisionado de ações judiciais pagas no exercício corrente e que se encontravam provisionadas	6.387	5.318
Processos encerrados sem pagamento no exercício corrente, para os quais havia provisão constituída	2.165	1.654
Informar o montante de ações judiciais pagas no exercício corrente e não provisionadas	248	644

12. Cobertura das provisões técnicas
Os bens e direitos oferecidos em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

	31/12/2022	31/12/2021
Provisões técnicas	474.775	385.019
(-) Ativos de resseguro redutores de PSL	(18.692)	(13.737)
(-) Ativos de resseguro redutores de IBNR	(1.867)	(675)
(-) Ativos de resseguro redutores de PDR	(657)	(433)
(-) Direitos creditórios (*)	(143.278)	(152.304)
(-) Custos de aquisição diferidos redutores de PPNG	(29.877)	(17.789)
(-) Ativos de Resseguro Redutores de PPNG	(15.291)	-
(=) Total a ser coberto	265.113	200.181

Bens oferecidos em cobertura:
299.048 **245.044**
33.935 **44.863**

Excesso de cobertura

(*) Corresponde ao montante de créditos decorrente do parcelamento dos prêmios de seguros a vencer de riscos emitidos e também de riscos vigentes e não emitidos. Não são consideradas as parcelas vencidas e vincendas do mesmo devedor.

13. Provisões judiciais

a. Movimentação de provisões
A Companhia é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de nossos Tribunais, para os processos de natureza cível e trabalhista classificados como "prováveis" e para os processos de natureza fiscal considerados como "obrigação legal".

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para fazer face a eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado a obrigação legal em discussão judicial é mantido até o julgamento definitivo da ação, sobre as quais não cabem mais recursos.

Natureza	Saldo em 31/12/2021	Reversões	Atualizações	Pagamentos	Saldo em 31/12/2022	Quantidade de processo em 31/12/2022	Deposito judicial em 31/12/2021	Deposito judicial em 31/12/2022
1 - Fiscal	6.879	-	285	-	7.164	3	7.994	7.441
2 - Trabalhista	2.811	884	-	(1.081)	2.614	5	574	517
3 - Cível	147	353	-	(65)	435	8	-	-
Total	9.837	1.237	285	(1.146)	10.213	16	8.568	7.958

(*) O saldo dos depósitos judiciais acima não contempla garantias oriundas de discussões judiciais de sinistro e IPVA no montante de R\$ 4.080 (R\$ 2.404 em 31 de dezembro de 2021).

b. Descrição resumida dos processos
As obrigações legais e as discussões de natureza fiscal referem-se, principalmente, a obrigações tributárias cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação nas esferas administrativa e judicial, com destaque para: (i) **CPMF** - A Companhia vem contestando, judicialmente, a legalidade da CPMF que incidiu sobre a transferência de carteira de planos previdenciários, conforme determinações contidas na Lei Complementar nº 109, de 10 de maio de 2001. A Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, considera a probabilidade de perda possível. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2022 montou R\$ 675 (R\$ 647 em 31 de dezembro de 2021). A provisão está coberta por depósitos judiciais decorrente desta ação no montante de R\$ 857 (R\$ 800 em 31 de dezembro de 2021); (ii) **PIS** - O processo judicial no qual se discute o alargamento da base de cálculo do PIS transitou em julgado, em 2008, afastando a aplicação do conceito de faturamento definido no artigo 3º da Lei nº 9.718/1998. Em decorrência, a provisão constituída no montante de R\$ 2.935 foi revertida em 2008. No processo de levantamento do depósito judicial, a Fazenda Nacional se opôs sob o argumento de que as decisões proferidas no curso do Mandado de Segurança não teriam sido tratadas especificamente da incidência do PIS sobre as receitas financeiras e prêmios de seguros, os quais por terem caráter operacional, estariam compreendidos no conceito de faturamento. Esta interpretação teve acolhimento pelo Juízo de Primeira Instância, que determinou a conversão em renda da União os valores judicialmente depositados. Contrária esta decisão, foi interposto Agravo de Instrumento, em que postula o levantamento integral dos valores depositados, sob o argumento da coisa julgada material aperfeiçoado nos autos do Mandado de Segurança. A Administração, considerando o histórico do processo e decisão em caso semelhante em processo de congênera, considerou reconstituir em maio de 2011 a provisão calculada sobre os prêmios de seguros, outras receitas operacionais e receitas financeiras. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 5.221 (R\$ 5.036 em 31 de dezembro de 2021) parte desta provisão está coberta por depósitos judiciais decorrentes desta ação no montante de R\$ 5.920 (R\$ 5.684 em 31 de dezembro de 2021) e estão registrados no ativo não circulante. O recolhimento desta contribuição vinha sendo efetuada sobre as receitas com salvamentos. (iii) **INSS** - A Companhia vem contestando, judicialmente a aplicação do FAT (Fator Acidentário de Prevenção) sobre as contribuições do SAT/RAT, conforme determina o Decreto nº 6.957/2009. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 1.268 (R\$ 1.196 em 31 de dezembro de 2021) e os assessores jurídicos classificam a probabilidade de perda desse processo como possível. Parte da provisão está coberta por depósitos judiciais decorrente desta ação no montante de R\$ 1.217 (R\$ 957 em 31 de dezembro de 2021) e estão registrados no ativo não circulante.

Os critérios de provisionamento é de 100% de provisão independente da sua classificação.

c. Ações trabalhistas
As contingências trabalhistas originam-se de ações judiciais movidas por ex-empregados que buscam obter indenizações referentes a pretensões direitos trabalhistas. A Administração realiza acompanhamentos periódicos para cada ação, bem como a avaliação por parte de assistência jurídica sobre os valores envolvidos e a probabilidade de perda de causas. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 2.614 (R\$ 2.811 em 31 de dezembro de 2021). Os critérios de provisionamento é de 100% Provável, 0% Possível e 0% Remota.

d. Ações cíveis
A Companhia responde a processos de natureza cível, impetrados por segurados, relacionados a cotação não efetivados pela Companhia e que estão em diversas fases de tramitação. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 435 (R\$ 147 em 31 de dezembro de 2021). O montante relacionado ao valor pleiteado relativo as ações com probabilidade de perda possível e remota é de R\$ 418 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 465 em 31 de dezembro de 2021). As discussões judiciais de natureza cível, seguem o provisionamento de Provável 75%, Possível 0% e Remota 0%.

14. Patrimônio líquido

a. Composição do capital social
O capital social, totalmente subscrito e integralizado no montante de R\$ 90.905 (R\$ 90.905 em 31 de dezembro de 2021) está representado por 66.819.615 (66.819.615 em 31 de dezembro de 2021) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b. Reservas
Reserva legal
É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social.

Reservas estatutárias
A reserva estatutária é constituída ao final de cada exercício social, pelo valor do lucro líquido do exercício, após deduções legais e distribuições propostas, conforme determinado no Estatuto Social.

c. Dividendos
Aos Acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido de cada exercício, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

15. Detalhamento das contas de resultado

a. Principais ramos de atuação (bruto de resseguro)

Ramo	31/12/2022			31/12/2021		
	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade %	Índice de comissionamento %	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade %	Índice de comissionamento %
Automóveis	345.799	82,31	16,64	345.799	82,31	16,64
R.C.F. - veículos	85.885	99,32	19,37	85.885	99,32	19,37
Acidentes pessoais	9.409	4,67	17,64	9.409	4,67	17,64
Compreensivo residencial	24.932	34,12	50,34	24.932	34,12	50,34
Compreensivo empresarial	44.895	46,46	20,66	44.895	46,46	20,66
Assistência e outras coberturas - auto	88.376	71,63	17,53	88.376	71,63	17,53
Demais	20.183	43,48	28,38	20.183	43,48	28,38
Total	619.469	76,16	19,19	619.469	76,16	19,19

b. Prêmios emitidos

	31/12/2022	31/12/2021
Prêmios diretos	669.278	479.083
Prêmios de cosseguro aceito	-	26
Prêmios - riscos vigentes não emitidos	4.627	1.930
Total	673.905	481.039

c. Sinistros ocorridos

	31/12/2022	31/12/2021
Sinistros diretos	(543.174)	(372.463)
Salvados	73.443	59.838
Ressarcimentos	8.523	3.872
Varição da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(4.681)	(1.868)
Provisão despesas relacionadas	(484)	312
Serviços de assistência	(5.431)	-
Total	(471.804)	(310.309)

d. Custo de aquisição

	31/12/2022	31/12/2021
Comissões	(123.758)	(99.838)
Varição das despesas de comercialização diferidas	4.878	5.468
Total	(118.880)	(94.370)

e. Outras receitas e despesas operacionais

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas com manutenção e rastreamento de veículos	(5.550)	(6.612)
Despesas com assistência ao segurado	(18)	66
Despesas com prestação de serviços	(1.422)	(1.611)
Despesas com inspeção de risco	(1.007)	(1.151)
Despesas com cobrança	(2.251)	(2.137)
Despesas com administração de apólice	(415)	(339)
Despesas com consultas cadastrais	(2.450)	(2.104)
Despesas com remuneração extra	(542)	(1.235)
Redução ao valor recuperável	191	334
Receitas com regulação DPVAT	79	664
Outras despesas	(10.279)	48.000
Total	(15.091)	(15.272)

f. Despesas administrativas

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas com pessoal próprio e encargos sociais	(30.810)	(32.730)
Despesas com localização e funcionamento	(17.969)	(7.704)
Despesas com serviços de terceiros	(8.586)	(6.808)
Despesas administrativas de representação	(5.292)	(3.500)
Recuperação de despesas de rateio	3.715	(1.674)
Outras	(976)	(657)
Total	(59.918)	(53.073)

g. Despesas com tributos

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas com COFINS	(8.931)	(6.131)
Despesas com PIS	(1.451)	(996)
Despesas com taxa de fiscalização	(1.172)	(788)
Outras	(300)	(335)
Total	(11.854)	(8.250)

h. Resultado financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras:	39.319	13.411
Rendimento das aplicações	32.787	11.874
Receitas com operações de seguros	4.939	754
Ajuste a valor justo - aplicações a valor justo por meio do resultado	568	-
Receitas financeiras com atualização monetária	831	775
Outras	194	8
Despesas financeiras:	(7.309)	(3.762)
Desvalorização das aplicações	(1)	(475)
Despesas com atualização monetária	(281)	(475)
Despesas com operações de seguros	(4.591)	(3.136)
Ajuste a valor justo - aplicações a valor justo por meio do resultado	(2.436)	(140)
Despesas com juros	(111)	(111)
Total	32.010	9.649

16. Impostos sobre a renda correntes e diferidos

a. Demonstração do cálculo dos encargos de imposto de renda e contribuição social

Descrição	Imposto de renda		Contribuição social	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo antes dos impostos e após participações	(27.303)	(51.413)	(27.303)	(51.413)
Adições/(exclusões) permanentes:				
Outras	142	(121)	142	104
Adições/(exclusões) temporárias:				
Provisões judiciais	(3)	2.677	(3)	2.677
Provisões para riscos sobre créditos	38	(376)	38	(376)
Provisões para pagamento de despesas	292	(1.611)	292	(1.935)
Base de cálculo dos tributos	(26.834)	(50.844)	(26.834)	(50.993)
Imposto correntes às alíquotas vigentes	6.709	12.711	4.025	7.649
Créditos tributários:				
Sobre diferenças temporárias	82	173	49	47
Total de despesas de imposto de renda e contribuição social	6.791	12.884	4.074	7.696
Taxa efetiva	25%	25%	15%	15%

17. Patrimônio líquido ajustado e capital mínimo requerido
Em atendimento à Resolução SUSEP nº 432/2021 e alterações posteriores, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o Capital de Risco (CR) respeitado os níveis de qualidade estabelecidos para cobertura do CMR conforme abaixo demonstrado:

- a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1;
- b) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e
- c) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.

	2022
Patrimônio Líquido (a)	119.768
Despesas antecipadas	(1.090)
Créditos tributários - prejuízo fiscal imposto de renda e bases negativas de contribuição social	(31.094)
Ativos intangíveis	(7.183)
1. Ajustes contábeis (b)	(39.367)
Superávit entre as provisões e fluxo realista de prêmios/contribuições registradas	24.310
2. Ajustes associados à variação dos valores econômicos (c)	24.310
PLA - nível I (*)	75.230
PLA - nível II	24.310
PLA - nível III	5.171
Subtotal PLA - nível (d)	104.711
Limitador CMR - PLA nível I	75.230
Limitador CMR - PLA nível II	24.310
Limitador CMR - PLA nível III	5.171
Subtotal PLA - limitador (e)	104.711
3. Ajustes do excesso de PLA de Nível 2 e PLA de nível 3 (f = e - d)	-
4. PLA (Total) = PL + Ajuste contábil + Ajuste Econômico + Ajuste do Excesso de Nível 2 e 3 (g = a+b+c+f)	104.711

5. Capital mínimo requerido
Capital base (CB) 8.100
Capital de risco (subscrição, crédito, mercado e operacional) (CR) 102.612

Capital de risco de subscrição 93.506
Capital de risco de crédito 6.168
Capital de risco operacional 5.193
Capital de risco de mercado 2.527
Correlação entre os riscos (4.782)
Capital mínimo requerido (h) 102.612

Suficiência de capital (i = g - h) 2.099
Suficiência de capital (j / h) 2%
Índice de solvência (j = g / h) 102%

(*) Inclui os ajustes determinados no parágrafo 13 no artigo 56 da Resolução CNSP 432/2021.

18. Transações com partes relacionadas
As operações com partes relacionadas envolvem:

(i) Contratos de seguros de ramos elementares e automóveis e distribuição de dividendos, realizadas com a empresa controladora: Corumbal Participações e Administração Ltda. e Administradora Fortaleza Ltda.

(ii) Contratos de seguros de ramos elementares e automóveis, sendo realizadas com as empresas do mesmo grupo acionário: Alfa Arrendamento Mercantil S.A., Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A., Alfa Participações, Administração e Representações Ltda., Banco Alfa de Investimento S.A., Banco Alfa S.A., BRF Participações Ltda., C & C Casa e Construção Ltda., Companhia Refinadora da Amazônia Ltda., Companhia Transamérica de Hotéis, Financeira Alfa S.A., La Bateria Alimentos Ltda., Rádio Transamérica de São Paulo Ltda., Transamérica de Hotéis NE Ltda. e Transamérica Expo Center Ltda.

(iii) Rateio de despesas administrativas com as seguintes empresas: Banco Alfa de Investimento S.A., Alfa Previdência e Vida S.A. e Financeira Alfa S.A. e saldo em conta corrente com o Banco Alfa S.A.

(iv) O Banco Alfa de Investimentos S.A. realiza a administração dos investimentos da Companhia, sendo pago taxa de administração correspondente a 0,116% a 0,20% ao mês. O valor pago a título de taxa de administração foi de R\$ 307 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 343 em 31 de dezembro de 2021).

(v) A remuneração paga ao pessoal-chave da Administração da Alfa Seguradora, registrada na rubrica "Despesas administrativas", totalizou, no exercício, R\$ 1.098 (R\$ 1.383 em 31 de dezembro de 2021) que compreende substancialmente a benefícios de curto prazo relacionados a salários. A Companhia não concede qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações.

(vi) Alguns membros da Companhia, considerados como "pessoal-chave da Administração", possuem planos de previdência na Alfa Previdência e Vida S.A.. Em 31 de dezembro de 2022, o montante de reserva totaliza R\$

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (EM MILHARES DE REAIS)

g. Desempenho e taxas contratadas

A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) para os ativos do fundo de investimento, SELIC para títulos públicos e a variação do Ibovespa para ativos em renda variável. Em dezembro de 2022, o desempenho global dos ativos financeiros no acumulado do período foi:

Ativo	Rentabilidade do período	Benchmark	Comparação com Benchmark
Renda variável	(78,61%)	4,69%	(1.676,05%)
Fundo de renda fixa	12,53%	12,43%	100,80%
Renda fixa (títulos públicos)	12,52%	12,43%	100,69%

h. Risco operacional

Gerenciamento de risco operacional

A Companhia entende como risco operacional riscos relacionados com fraudes, reclamações trabalhistas, reclamações de clientes, interrupção de atividades, falhas sistêmicas e falha no gerenciamento de processos. A companhia possui sistema de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos que possibilita o mapeamento dos riscos e controles relacionados aos processos das operações de seguros. A metodologia para acompanhamento e formalização destas matrizes de risco é o CSA (Control Self Assessment) - ciclo de autoavaliação. O ciclo de autoavaliação é realizado bianualmente, sendo formalizado pela Gerência de Gestão de Riscos.

A Companhia possui agentes de controles internos (gerentes dos departamentos), alocados nas gerências operacionais, sendo de responsabilidade da gerência de controles internos formalizar as matrizes de risco e controles. A instrução dos trabalhos a serem executados pelos agentes é de responsabilidade da gerência de controles internos.

Atuando continuamente na Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo, busca aprimorar seus controles para informar prontamente o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF. Assim como, na identificação e análise de Pessoas Politicamente Expostas.

i. Risco legal e regulatório

Este tipo de risco é definido pela Companhia como a não conformidade com a legislação vigente e a não adequação ao código de ética e conduta. A Companhia através de seu quadro de colaboradores e advogados, especializados em seguros, atuam conjuntamente com a área de Controles Internos alinhando os processos às exigências dos Órgãos Reguladores.

20. Sensibilidade aos riscos

Risco de seguro

A Companhia efetua o teste de sensibilidade com o objetivo de demonstrar o impacto de uma mudança atípica na variável sinistralidade das operações de seguros, pois esta é representativa dos efeitos da ocorrência de sinistros e sua severidade. O impacto da sinistralidade foi testado através de duas simulações de aumento, a primeira com aumento de 5% e a segunda com aumento de 10%, sensibilizando o resultado e o patrimônio líquido conforme demonstrado na tabela abaixo.

		31/12/2022				31/12/2021	
	Efeito no resultado operacional antes dos impostos	Efeito no patrimônio líquido **		Efeito no resultado operacional antes dos impostos	Efeito no patrimônio líquido **		Efeito no resultado operacional antes dos impostos
Sinistralidade + 5%	(15.869)	(15.869)	Sinistralidade + 10%	(31.737)	(31.737)		(31.737)
Líquido de resseguro	(23.590)	(23.590)	Líquido de resseguro	(29.005)	(29.005)		(29.005)
Bruto de resseguro*			Bruto de resseguro*	(31.031)	(31.031)		(31.031)

(*) Para calcular os valores brutos, retiramos o resseguro tanto do prêmio quanto do sinistro.
(**) O impacto no Patrimônio Líquido considera o efeito no final do exercício.

DIRETORIA

Caio Cezar Valli Junior

Paulo Ricardo Manna Santos

CONTADORA

Aparecida Zavam Peres Pires
CRC nº 1SP153039/O-3

ATUÁRIO RESPONSÁVEL TÉCNICO

Lívio Bellandi
MIBA nº 734

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

Alfa Seguradora S.A.

São Paulo - SP

Escopo da auditoria

Examinamos as provisões técnicas, os demonstrativos do Capital Mínimo Requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do Patrimônio Líquido Ajustado da Alfa Seguradora S.A., em 31 de dezembro de 2022, elaborados sob a responsabilidade de sua administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Responsabilidade da administração

A administração da Alfa Seguradora S.A. é responsável pelas provisões técnicas, os demonstrativos de solvência regulatória e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do Patrimônio Líquido Ajustado elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa Auditoria Atuarial, conduzida de acordo com

os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a Auditoria Atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Uma Auditoria Atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas, os demonstrativos do Capital Mínimo Requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do Patrimônio Líquido Ajustado. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Alfa Seguradora S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de Auditoria Atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de Auditoria Atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas, os demonstrativos do Capital Mínimo Requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do Patrimônio Líquido Ajustado da Alfa Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2022, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Alfa Seguradora S.A. e utilizadas em nossa Auditoria Atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante.

Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros de Capitalização e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da Auditoria Atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2023

Grant Thornton

An instinct for growth

Grant Thornton Serviços Atuariais Ltda.

CNPJ nº 33.950.548/0001-51

CIBA nº 161

Elmo Henrique de Moraes

Atuário MIBA 2040

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da

Alfa Seguradora S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Alfa Seguradora S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Alfa Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas

a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção

relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de Fevereiro de 2023

KPMG

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Carolina Maciel Messias dos Santos

Contadora - CRC 1SP246031/O-8

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2022 ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Introdução

O Comitê de Auditoria foi constituído por deliberação do Conselho de Administração em conformidade com as determinações e atribuições da Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP 321/2015) e suas alterações posteriores, desenvolvendo suas atividades na Alfa Seguradora S.A. e Alfa Previdência e Vida S.A. ("Seguradoras").

Atividades do Comitê

O Comitê se reuniu 6 vezes no período de julho a dezembro de 2022 com os Diretores e os principais responsáveis pelas áreas das Seguradoras, em especial, assuntos relacionados com demonstrações financeiras, provisões, controles internos e compliance, combate à lavagem de dinheiro, ouvidoria e atendimento a clientes, jurídico, soluções tecnológicas, segurança da informação, gestão da continuidade de negócios, recomendações das auditorias interna e externa, evolução dos negócios e conformidade à legislação e normas editadas pela SUSEP e Conselho Nacional de Seguros Privados, discutindo as providências adotadas.

Administração de Riscos

O Comitê de Auditoria fez uma reunião com o Gerente Geral Administrativo e Gerente de Gestão de Riscos, acompanhando de forma mais focada os aspectos relevantes e enquadramentos definidos pela administração.

Ouidoria

Foi acompanhada, mediante cópia recebida do Relatório de Atividades correspondente ao período de janeiro a junho de 2022, da Alfa Seguradora S.A. e Alfa Previdência e Vida S.A. de acordo com os termos das Resoluções N° 279/2013, 337/2016 e 613/2020 do Conselho Nacional de Seguros Privados.

Controles Internos

O Comitê considerou que as atividades desenvolvidas pela área de Controles Internos são adequadas às necessidades das Seguradoras. Foram examinados pontos de controle, normas e técnicas de acompanhamento existentes e o cumprimento das regras internas e legais vigentes. O monitoramento, realizado por meio de questionários referentes aos pontos de controle, é analisado pela área responsável, auditoria interna e externa. O Comitê entendeu que o sistema de controles internos está adequado ao porte e complexidade dos negócios das Seguradoras.

Prevenção à Lavagem de Dinheiro

De acordo com a Circular SUSEP nº 445/2012, o Comitê de Auditoria se reuniu com o Gerente Geral Administrativo e com o Gerente Geral de Compliance e Controles Internos do Alfa para discutir os processos das Seguradoras relativos à prevenção de lavagem de dinheiro, tendo tomado ciência dos relatórios e das atividades em geral.

Auditoria Externa, Atuarial e Interna

A empresa responsável pela auditoria externa é a KPMG Auditores Independentes e a empresa responsável pela auditoria atuarial é a Grant Thornton Serviços Atuariais Ltda. Com relação à Auditoria Externa e Atuarial, o Comitê de Auditoria discutiu com os responsáveis os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras da Alfa Seguradora S.A. e Alfa Previdência e Vida S.A., base 31/12/2022.

Com relação à Auditoria Interna, o Comitê de Auditoria acompanhou o andamento dos trabalhos planejados para o semestre, relatórios produzidos, conclusões e cumprimento das recomendações. Ressalta-se ainda que durante esse período o Comitê de Auditoria, não foi acionado em nenhum momento, nem tampouco se deparou com qualquer situação que viesse a prejudicar ou comprometer a atuação e independência das Auditorias na condução de suas atividades.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2023.

Adilson Herrero
Ciderele Justino de Souza
Paulo Aluizio Machado de Andrade

